

REGULAMENTO DO FUNCIONAMENTO DOS JARDINS DE INFÂNCIA

ANEXO IX DO REGULAMENTO INTERNO



Regulamento do Funcionamento dos Jardins de Infância

ANEXO IX - REGULAMENTO DO FUNCIONAMENTO DOS JARDINS DE INFÂNCIA 2026-2030

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR.^a LAURA AYRES-145336

Ficha Técnica

Título: Regulamento do Funcionamento dos Jardins de Infância

Entidade: Agrupamento de Escolas Dr.^a Laura Ayres – 145336

Autores: Conselho Pedagógico

Data: fevereiro de 2026

Contactos

Agrupamento de Escolas Dr.^a Laura Ayres – 145336

Rua do Forte Novo 8125-214 Quarteira

351 289 373 700 | +351 934 778 168

gestao@esla.edu.pt

www.esla.edu.pt



Regulamento do Funcionamento dos Jardins de Infância

Responsabilidade pelo documento

Versão	Data	Descrição da versão	Aprovado por
1.0	Até 23/01/2026	Redação do documento	
1.0	10/02/2026	Apreciação	Conselho Pedagógico
1.0	24/02/2026	Aprovação	Conselho Geral

Controlo das revisões do documento

Versão	Data	Secção Revista	Descrição da revisão



Regulamento do Funcionamento dos Jardins de Infância

Conteúdo

PREÂMBULO	5
CAPÍTULO I ÂMBITO DE APLICAÇÃO E OBJETIVOS	5
Artigo 1º Âmbito de aplicação	5
Artigo 2º Objetivos gerais	5
CAPÍTULO II DEFINIÇÃO E OBJETIVOS	6
Artigo 3º O Princípio Geral	6
Artigo 4º Educação pré-escolar	6
Artigo 5º Objetivos da educação pré-escolar	6
CAPÍTULO III MATRÍCULA E ADMISSÃO	7
Artigo 6º Apuramento Anual do Número de Vagas	7
Artigo 7º Matrícula	7
Artigo 8º Condições e critérios de admissão	7
Artigo 9º Prioridades matrícula	7
Artigo 10º Desistência da matrícula/vaga	8
CAPÍTULO IV NORMAS DE FUNCIONAMENTO E ORGANIZAÇÃO	8
Artigo 11º Calendário escolar	8
Artigo 12º Horário de funcionamento	9
Artigo 13º Acolhimento e entrega das crianças	9
Artigo 14º Autorizações para a Recolha da Criança	10
Artigo 15º Organização da atividade letiva e contingências	10
Artigo 16º Período de adaptação	10
Artigo 17º Refeições	10
Artigo 18º Vigilância ativa dos recreios	11
Artigo 19º Atividades de animação e de apoio à família	11
Artigo 20º Visitas de estudo e saídas dos jardins de infância	11
Artigo 21º Assiduidade	12
CAPÍTULO V HIGIENE E SAÚDE	12
Artigo 22º Procedimentos em Caso de Doença ou Acidente	12
CAPÍTULO VI ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA E PROCESSUAL	13
Artigo 23º Estrutura de coordenação e Capacidade	13
Artigo 24º Competências dos Educadores de Infância	13



Regulamento do Funcionamento dos Jardins de Infância

Artigo 25º	Processo Individual da Criança	13
CAPÍTULO VII DIREITOS E DEVERES		14
Artigo 26º	Direitos das crianças.....	14
Artigo 27º	Deveres das crianças	14
CAPÍTULO VIII AVALIAÇÃO DAS CRIANÇAS		15
Artigo 29º	Princípios gerais.....	15
Artigo 30º	Intervenientes no processo de avaliação	15
Artigo 31º	Modalidades.....	15
Artigo 32º	Procedimentos e Orientações para avaliação	15
Artigo 33º	Avaliação final	16
CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS.....		16
Artigo 34º	Normas relativas a vestuário e objetos pessoais	16
Artigo 35º	Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e Componente de Apoio à Família (CAF)	16
Artigo 36º	Casos omissos.....	17
Artigo 37º	Entrada em vigor	17



Regulamento do Funcionamento dos Jardins de Infância

PREÂMBULO

O presente regulamento visa estabelecer a organização e o funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar do Agrupamento de Escolas Dr.^a Laura Ayres, nomeadamente:

Jardim de Infância n.º 3 de Quarteira, sito na Rua Padre Elísio Dias, composto por um bloco de dois pisos, quatro salas destinadas às atividades letivas, uma sala polivalente e um espaço exterior com jardim;

Jardim de Infância da Abelheira, integrado na Escola Básica do 1.º Ciclo da Abelheira, situado no Sítio da Abelheira, composto por cinco salas e um espaço exterior, usufruindo em conjunto com o 1.º ciclo do refeitório com valência de polivalente, bem como da cozinha e da biblioteca/centro de recursos educativos;

Jardim de Infância da Fonte Santa, integrado na Escola Básica do 1.º Ciclo da Fonte Santa, localizado na Fonte Santa, constituído por três salas, dispondo de espaço próprio para as Atividades de Animação e Apoio à Família e usufruindo, em articulação com o 1.º ciclo, do refeitório, da cozinha e da biblioteca/centro de recursos educativos;

Jardim de Infância do Forte Novo, situado no Forte Novo, composto por cinco salas de atividades letivas, sala de apoio, espaço exterior e área destinada às Atividades de Animação e Apoio à Família.

Os jardins de infância constituem essencialmente um serviço educativo com uma forte componente social, respeitando e promovendo as diretrizes da Lei de Bases do Sistema Educativo e demais legislação em vigor, assegurando condições de

equidade, qualidade e respeito pelo superior interesse da criança.

CAPÍTULO I ÂMBITO DE APLICAÇÃO E OBJETIVOS

Artigo 1º

Âmbito de aplicação

1. Este regulamento aplica-se a alunos e respetivos pais e encarregados de educação, educadores de infância e funcionários dos estabelecimentos de ensino pré-escolar do agrupamento; aplica-se também aos vários edifícios e respetivas estruturas.
2. Estão igualmente sujeitos às normas deste regulamento todos aqueles que se deslocam aos estabelecimentos de ensino.

Artigo 2º

Objetivos gerais

O presente regulamento tem por objetivo estabelecer as normas de funcionamento dos jardins de infância do Agrupamento de Escolas Dr.^a Laura Ayres, integrando os princípios orientadores da educação pré-escolar e o conjunto de normas internas que visam criar condições para melhor responder às necessidades e interesses das crianças utentes.



Regulamento do Funcionamento dos Jardins de Infância

CAPÍTULO II DEFINIÇÃO E OBJETIVOS

Artigo 3º **O Princípio Geral**

A educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita cooperação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário.

Artigo 4º **Educação pré-escolar**

1. A educação pré-escolar destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico.
2. A frequência da educação pré-escolar é facultativa, no reconhecimento de que cabe, primeiramente, à família a educação dos filhos, competindo, porém, ao Estado contribuir ativamente para a universalização da oferta da educação pré-escolar, nos termos da legislação em vigor.
3. Por estabelecimento de educação pré-escolar entende-se a instituição que presta serviços vocacionados para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e atividades de animação e apoio à família.

Artigo 5º **Objetivos da educação pré-escolar**

1. São objetivos da educação pré-escolar:
 - a. Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências de vida democrática numa perspectiva de educação para a cidadania;
 - b. Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência do seu papel como membro da sociedade;
 - c. Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem;
 - d. Estimular o desenvolvimento global de cada criança, no respeito pelas suas características individuais, incutindo comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diversificadas;
 - e. Desenvolver a expressão e a comunicação através da utilização de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo;
 - f. Despertar a curiosidade e o pensamento crítico;
 - g. Proporcionar a cada criança condições de bem-estar e de segurança, designadamente no âmbito da saúde individual e coletiva;
 - h. Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências e precocidades, promovendo a melhor orientação e encaminhamento da criança;
 - i. Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efetiva colaboração com a comunidade.



Regulamento do Funcionamento dos Jardins de Infância

CAPÍTULO III MATRÍCULA E ADMISSÃO

Artigo 6º

Apuramento Anual do Número de Vagas

1. Cada sala de educação pré-escolar é constituída por um grupo heterogéneo de crianças, com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos,
2. Anualmente, o número de vagas corresponde, em termos aproximados, ao número de crianças que deixam de frequentar o pré-escolar por ingresso no 1.º ciclo do ensino básico.

Artigo 7º

Matrícula

1. A frequência dos jardins de infância tem carácter facultativo e está sujeita a matrícula prévia, obrigatória, no período legal em vigor.
2. O período para a matrícula/renovação da matrícula nos jardins de infância decorre anualmente de acordo com a legislação em vigor.
3. O pedido de matrícula deverá ser apresentado no Portal das Matrículas, disponível em <https://www.portaldasmatriculas.edu.gov.pt/>
4. O encarregado de educação ou representante legal deverá fazer prova das declarações efetuadas, mediante a entrega dos documentos previstos na lei.

Artigo 8º

Condições e critérios de admissão

1. São condições de admissão:
 - a. Ter idade compreendida entre os 3 anos e a idade de ingresso no 1.º ciclo do ensino básico.
 - b. Efetuar a matrícula, mediante a apresentação da documentação solicitada.
 - c. Serão admitidas as crianças de acordo com a legislação em vigor.

Artigo 9º

Prioridades matrícula

1. De acordo com a legislação em vigor, na educação pré-escolar, as vagas existentes em cada estabelecimento de educação, para matrícula ou sua renovação, são preenchidas de acordo com as seguintes prioridades:
 - a. 1.ª prioridade – crianças que completem os 5 e os 4 anos de idade até dia 31 de dezembro, sucessivamente pela ordem indicada;
 - b. 2.ª prioridade – crianças que completem os 3 anos de idade até 15 de setembro;
 - c. 3.ª prioridade crianças que completem os 3 anos de idade entre 16 de setembro e 31 de dezembro.
2. No âmbito de cada uma das prioridades referidas no número anterior, e como forma de desempate em situação de igualdade, são observadas, sucessivamente, as seguintes prioridades:
 - a. 1.ª prioridade – 1.ª prioridade - crianças com necessidades educativas específicas, de acordo com o previsto nos artigos 27.º e



Regulamento do Funcionamento dos Jardins de Infância

36.º do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, na sua redação atual;

- b. 2.ª prioridade – filhos de mães e pais estudantes menores, nos termos previstos no artigo 4.º da Lei n.º 90/2001, de 20 de agosto, na sua redação atual;
- c. 3.ª prioridade – crianças com irmãos ou outras crianças e jovens que, comprovadamente, pertençam ao mesmo agregado familiar e estejam a frequentar o estabelecimento de educação e de ensino pretendido no ano letivo a que respeita a matrícula;
- d. 4.ª prioridade – crianças beneficiárias de ASE cujos encarregados de educação residam, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação e de ensino pretendido;
- e. 5.ª prioridade – crianças beneficiárias de ASE cujos encarregados de educação desenvolvam a sua atividade profissional, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação e de ensino pretendido;
- f. 6.ª prioridade – crianças cujos encarregados de educação residam, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação e de ensino pretendido;
- g. 7.ª prioridade – crianças cujos encarregados de educação desenvolvam a sua atividade profissional, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação e de ensino pretendido;
- h. 8.ª prioridade – crianças mais velhas, contando-se a idade, para o efeito, sucessivamente em anos, meses e dias.

Artigo 10º

Desistência da matrícula/vaga

Em caso de desistência da matrícula do jardim de infância, o encarregado de educação ou representante legal da criança deverá comunicar esse facto, por escrito, ao Diretor.

CAPÍTULO IV NORMAS DE FUNCIONAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Artigo 11º

Calendário escolar

1. Compete ao Diretor, ouvido o Conselho Pedagógico, fixar o calendário escolar, para cada ano letivo, tendo como base as indicações dadas pelo Ministério da Educação relativas a cada ano, assegurando um regime de funcionamento de acordo com as necessidades das famílias, nele constando:
 - a. Início e fim das atividades letivas;
 - b. Início e fim de cada interrupção letiva.
2. O referido calendário escolar deve ser divulgado na página eletrónica do Agrupamento, bem como exposto em local próprio para conhecimento da comunidade educativa e, sempre que possível, entregue aos encarregados de educação.
3. O encerramento dos jardins de infância observará as seguintes normas:
 - a. Durante o mês de agosto e até ao início do ano letivo, a fixar localmente pelo Diretor do agrupamento, dando-se a conhecer o



Regulamento do Funcionamento dos Jardins de Infância

período de encerramento aos pais e encarregados de educação;

- b. Nas interrupções letivas do Natal, do Carnaval e da Páscoa, bem como durante o mês de julho (após o termo do período letivo), serão asseguradas as atividades de animação e apoio à família, por período a fixar de acordo com a legislação em vigor, com datas a comunicar aos pais, encarregados de educação e à autarquia.

Artigo 12º

Horário de funcionamento

1. O horário de funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar é das 8h00 às 18h30.
2. O horário de funcionamento das atividades letivas é o seguinte:
 - a. Das 9h00 às 15h00 com 1h00 de interrupção para o almoço.
 - b. O horário do almoço será ajustado no início de cada ano letivo de acordo com as necessidades de cada jardim de infância.
3. O horário de funcionamento das atividades de animação e de apoio à família:
 - a. Das 8h00 às 9h00;
 - b. Durante a interrupção do almoço;
 - c. Das 15h00 às 18h30.
4. Durante os períodos de interrupção letiva mencionados na alínea b) do n.º 3 do Artigo 11.º, os jardins de infância mantêm-se em funcionamento, assegurando as atividades de animação e de apoio à família, no horário diário das 8h30 às 17h30, salvo ajustes comunicados pelo Diretor do Agrupamento.

Artigo 13º

Acolhimento e entrega das crianças

1. A entrada e saída da criança do recinto do jardim de infância deve ser feita com o acompanhamento do encarregado de educação ou pessoa por esta devidamente designada.
2. A criança deve entrar no jardim de infância até às 9h00, sendo concedida uma tolerância máxima de 15 minutos.
3. Ultrapassado o período de tolerância referido no número anterior (9h15), as crianças só poderão entrar no estabelecimento após o período de almoço, devendo o encarregado de educação ou responsável legal respeitar este horário.
4. A título excecional, se o encarregado de educação avisar atempadamente a educadora ou a assistente operacional, com uma justificação válida, poderá ser autorizada a entrada da criança depois da tolerância estipulada.
5. Quando a criança frequenta apenas a componente letiva, o horário de saída será às 15h00.
6. No caso de a criança usufruir da componente de atividades de animação e apoio à família poderá ser recebida a partir das 8h00 e permanecer no jardim de infância até às 18h30.
7. Em situação de incumprimento pontual do horário de saída (limite de permanência), serão contactadas as pessoas responsáveis pela criança, com vista à sua recolha imediata.
8. Em caso de incumprimento recorrente do horário de saída, depois de avisadas as



Regulamento do Funcionamento dos Jardins de Infância

peçoas responsáveis, serão contactadas as entidades competentes (Escola Segura ou outras autoridades), com vista à salvaguarda do superior interesse da criança.

Artigo 14º

Autorizações para a Recolha da Criança

As regras relativas à autorização de recolha da criança e aos procedimentos em caso de dúvida ou conflito parental obedecem ao disposto no n.º 3 do Artigo 8.º do Regulamento Interno.

Artigo 15º

Organização da atividade letiva e contingências

1. A componente letiva tem a duração de cinco horas diárias, organizadas em dois períodos distintos.
2. A componente letiva consiste numa atividade estruturada, com a finalidade de promover determinados processos de desenvolvimento e aprendizagem, pensados e organizados pelo educador de infância com intencionalidade.
3. Em caso de ausência imprevista do educador de infância (um dia), os pais ou encarregados de educação serão contactados para levarem as crianças para casa. Na impossibilidade de contacto ou se os mesmos não puderem recolher os educandos, as crianças ficarão ao cuidado de uma assistente técnica do estabelecimento, sob supervisão dos restantes educadores, sendo o horário assegurado até às 15h00.
4. Em caso de ausência do educador de infância por período superior a um dia, o Agrupamento procurará assegurar a permanência das crianças no estabelecimento, ao cuidado de assistentes operacionais/técnicas e sob supervisão das restantes educadoras. Contudo, caso não se

verifiquem recursos humanos suficientes que garantam os rácios de segurança e o bem-estar do grupo, as crianças deverão permanecer em casa até ao regresso ou substituição do docente.

5. A decisão sobre a viabilidade do acolhimento das crianças nas situações referidas compete ao Diretor do Agrupamento, tendo por base a avaliação da disponibilidade de pessoal e a garantia de que a supervisão pedagógica e a segurança do grupo estão devidamente acauteladas.

Artigo 16º

Período de adaptação

1. Para facilitar o período de adaptação das crianças que frequentam pela primeira vez o jardim de infância, a integração nos respetivos grupos far-se-á, sempre que possível, de modo faseado:
 - a. Em primeiro lugar, entrarão as crianças que já tenham frequentado o jardim de infância no ano letivo anterior.
 - b. Seguidamente, entrarão as crianças que integram o grupo pela primeira vez.
2. A integração e adaptação das crianças deve ser efetuada pelo educador de infância titular do grupo ou por outro educador em substituição.
3. No caso de o educador de infância não estar colocado no início do ano letivo e iniciar funções mais tarde, deve ser igualmente cumprido o disposto neste artigo.

Artigo 17º

Refeições

1. O horário das refeições é definido no início de cada ano letivo, de acordo com as necessidades de cada jardim de infância.



Regulamento do Funcionamento dos Jardins de Infância

2. O pagamento dos almoços é realizado à CML. No final de cada mês, os pais e/ ou encarregados de educação recebem o documento com a referência para pagamento por multibanco.

- a. serviço de almoço, as crianças deverão almoçar em casa;
- b. prolongamento de horário, horário só será assegurado até às 15h00.

Artigo 18º

Vigilância ativa dos recreios

1. A vigilância do recreio durante o período normal de funcionamento do jardim de infância é realizada pelas assistentes operacionais, assistentes técnicas e educadores de infância responsáveis.
2. Durante a componente de apoio à família a vigilância do recreio é da responsabilidade das assistentes técnicas e operacionais.

Artigo 19º

Atividades de animação e de apoio à família

1. A criança pode usufruir das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) mediante fundamentação da necessidade, comprovada através de declaração da entidade patronal com indicação do horário de trabalho e da duração/tipo de contrato dos pais/encarregados de educação.
2. A atividade de animação e apoio à família constitui um processo educativo de caráter não formal, no qual a criança tem liberdade de escolha quanto às atividades a desenvolver, sob orientação e responsabilidade das assistentes técnicas, podendo ser apoiadas pelas assistentes operacionais sempre que necessário.
3. Em caso de falta de pessoal não docente em que não seja possível assegurar o:

Artigo 20º

Visitas de estudo e saídas dos jardins de infância

1. As visitas de estudo e saídas de campo realizadas pelos jardins de infância obedecem ao disposto no Regulamento de Visitas de Estudo do Agrupamento, devendo ser organizadas de acordo com as normas ali estabelecidas.
2. As visitas de estudo e saídas de campo deverão estar contempladas no projeto curricular de grupo e constar no plano anual de atividades do agrupamento.
3. No ato de admissão da criança, é solicitada, por escrito, uma autorização assinada pelo encarregado de educação, relativa às saídas de campo a realizar ao meio envolvente.
4. No caso de o educador titular de grupo faltar no dia previsto para a realização da visita de estudo ou da saída ao exterior, essa atividade será cancelada.
5. Algumas visitas de estudo requerem custos, que deverão ser suportados pelos encarregados de educação.
6. Os grupos com crianças de 3 anos só serão transportados em autocarros que possuam sistemas de retenção legislados para essa idade.
7. No caso de o encarregado de educação não autorizar a participação do seu educando na visita de estudo, e não houver condições no jardim de infância para acolher a criança, esta deverá permanecer em casa.



Regulamento do Funcionamento dos Jardins de Infância

Artigo 21º **Assiduidade**

1. Os pais ou encarregados de educação dos alunos menores de idade são responsáveis, juntamente com estes, pelo cumprimento dos deveres de pontualidade e assiduidade.
2. Todas as faltas devem ser justificadas à educadora de infância pelo encarregado de educação ou representante legal da criança.
3. Sempre que a criança faltar por um período superior a 15 dias consecutivos, a ausência deverá ser justificada, por escrito, pelo encarregado de educação ou responsável legal. Caso a justificação não seja apresentada atempadamente, a matrícula será anulada e a vaga atribuída a outra criança em lista de espera.

CAPÍTULO V **HIGIENE E SAÚDE**

Artigo 22º **Procedimentos em Caso de Doença ou Acidente**

1. Sempre que a criança apresente sinais de doença (febre, diarreia, vômitos ou outros) ou sofra um acidente, o jardim de infância obriga-se a comunicar imediatamente o facto ao encarregado de educação ou responsável legal.
2. Após a comunicação, o encarregado de educação ou responsável legal deverá deslocar-se ao jardim de infância para recolher a criança, assumindo a responsabilidade durante o período em que se encontra sob os seus cuidados.
3. Em caso de febre, vômitos, diarreia ou qualquer doença contagiosa, a criança não poderá frequentar o jardim de infância, devendo os pais

ou encarregados de educação informar imediatamente os educadores, para que sejam tomadas as devidas precauções.

4. O regresso da criança após doença contagiosa só poderá ocorrer mediante apresentação de declaração médica ou comprovativo de tratamento que ateste que se encontra em condições de frequentar o jardim de infância.
5. Caso a criança necessite de tomar medicamentos durante o período em que se encontra no jardim de infância, os encarregados de educação devem indicar, na embalagem, o nome da criança, a hora da toma, a dosagem e assinar o respetivo documento de autorização.
6. Só será administrada medicação à criança durante o período de permanência no jardim de infância mediante apresentação de cópia da prescrição médica.
7. Os medicamentos devem ser obrigatoriamente entregues à pessoa responsável pela receção da criança.
8. Sempre que sejam detetadas pediculoses ou outras parasitoses (piolhos, etc.), é aconselhável que a criança permaneça em casa até à conclusão do tratamento e ausência de vestígios. O encarregado de educação é responsável por efetuar o tratamento necessário antes do regresso ao jardim de infância.
9. Em caso de necessidade de dieta alimentar especial, o encarregado de educação deverá entregar a dieta prescrita pelo médico da criança e preencher a documentação interna necessária.



Regulamento do Funcionamento dos Jardins de Infância

CAPÍTULO VI ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA E PROCESSUAL

Artigo 23º

Estrutura de coordenação e Capacidade

1. Cada estabelecimento tem um coordenador de estabelecimento, designado pelo Diretor, que assegura a execução das linhas orientadoras do estabelecimento.
2. Cada sala funciona sob a responsabilidade de um educador de infância que dirige e orienta as funções das assistentes técnicas e operacionais.
3. A capacidade de cada estabelecimento depende do número de crianças com necessidades educativas específicas, e está organizada da seguinte forma:
 - a. Jardim de Infância Nº3 – 4 salas, com capacidade para 80 a 100 crianças;
 - b. Jardim de Infância da Abelheira – 5 salas, com capacidade para 100 a 125 crianças;
 - c. Jardim de Infância do Forte Novo 5 salas, com capacidade para 100 a 125 crianças;
 - d. Jardim de Infância da Fonte Santa – 3 salas, com capacidade para 60 a 75 crianças.

Artigo 24º

Competências dos Educadores de Infância

As competências dos educadores de infância encontram-se definidas no artigo 58.º do Regulamento Interno do Agrupamento.

Artigo 25º

Processo Individual da Criança

1. O processo individual da criança acompanha-a ao longo de todo o seu percurso escolar.
2. A documentação do processo individual da criança deve ser sistemática.
3. Os elementos constantes no processo individual da criança devem ser exclusivamente do conhecimento dos educadores, dos encarregados de educação ou responsável legal, de outros elementos que intervenham no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança, nomeadamente psicólogo, terapeuta, docente do ensino Especial e posteriormente do professor do 1.º ciclo, sendo garantida a confidencialidade dos dados nele contido.
4. O processo individual da criança deve acompanhá-lo sempre que mude de estabelecimento.
5. No processo individual deverá constar a folha com os dados de identificação da criança, folha da anamnese (historial de desenvolvimento), registos de avaliação, relatórios clínicos ou pedagógico, declaração da entidade patronal, autorizações de saídas e captação de imagem.



Regulamento do Funcionamento dos Jardins de Infância

CAPÍTULO VII DIREITOS E DEVERES

Artigo 26º **Direitos das crianças**

1. As crianças têm direito a:
 - a. Ter igualdade de tratamento, independentemente da sua origem, religião, nacionalidade, idade, sexo ou condição social;
 - b. Ser tratadas com delicadeza, amizade e competência pelos educadores e demais funcionários;
 - c. Ter respeito pela sua identidade pessoal e reserva da intimidade da vida privada e familiar;
 - d. Não sofrer qualquer forma de coação física ou psicológica;
 - e. Utilizar os equipamentos do estabelecimento disponíveis para a sua sala de atividades e espaços de recreio;
 - f. Ter acesso a atividades educativas adequadas à sua idade, interesses e necessidades, que promovam o seu desenvolvimento global (cognitivo, psicomotor e socioafetivo);
 - g. Receber cuidados adequados de higiene, segurança e alimentação;
 - h. Ter uma alimentação cuidada e diversificada de modo a satisfazer as necessidades próprias da sua idade;
 - i. Participar em atividades diárias intencionais e planificadas, dinamizadas pelo educador de infância, visando o seu desenvolvimento equilibrado;

- j. Dispor de espaços de convívio com outras crianças, favorecendo experiências que promovam o seu desenvolvimento pessoal e social;
- k. Participar em atividades animação sociopedagógica e atividades pedagógicas adaptadas à sua idade e capacidades.

Artigo 27º **Deveres das crianças**

1. As crianças têm os seguintes deveres:
 - a. Cumprir as regras inerentes aos diferentes espaços do estabelecimento;
 - b. Manter atitudes corretas e educadas nos contactos com todos os funcionários do estabelecimento;
 - c. Respeitar os colegas, os materiais e os espaços comuns;
 - d. Colaborar nas atividades propostas pelo educador de infância, respeitando a organização e o ritmo do grupo;
 - e. Cumprir as orientações dos educadores e demais funcionários, contribuindo para um ambiente seguro e harmonioso.

Artigo 28º **Direitos e responsabilidades dos encarregados de educação**

Os direitos, deveres e demais aspetos relevantes relativos aos encarregados de educação encontram-se definidos na Secção IV – Pais e Encarregados de Educação, do Capítulo X – Membros da Comunidade Educativa do presente Regulamento Interno, sendo aplicáveis a todos os estabelecimentos de educação pré-escolar.



Regulamento do Funcionamento dos Jardins de Infância

CAPÍTULO VIII AVALIAÇÃO DAS CRIANÇAS

Artigo 29º **Princípios gerais**

1. A avaliação é um elemento integrante e regulador da prática educativa, implicando procedimentos adequados à especificidade da atividade educativa no Jardim de Infância, tendo em conta a eficácia das respostas educativas, bem como a melhoria contínua das aprendizagens.
 2. Na educação pré-escolar, a avaliação assume uma natureza formativa, contínua, sistemática e interpretativa, centrada nos processos e não apenas nos resultados, procurando tornar a criança protagonista da sua aprendizagem.
 3. A avaliação tem como principal finalidade melhorar a qualidade das aprendizagens, num quadro de corresponsabilização entre o Jardim de Infância, a família e a escola, através do diálogo, da comunicação de processos e da partilha de informação significativa sobre o percurso educativo da criança.
2. A comunicação da avaliação aos encarregados de educação é realizada no final de cada período letivo, através do Registo de Avaliação, e também em momentos específicos de atendimento individual ou sempre que se considere necessário.
 3. A avaliação constitui um processo partilhado, que privilegia o diálogo e a comunicação de observações, processos e resultados, procurando criar contextos facilitadores de um percurso educativo e formativo de sucesso.

Artigo 31º **Modalidades**

1. A avaliação em educação pré-escolar é essencialmente:
 - a. Formativa e contínua, sustentada na observação direta e sistemática;
 - b. Descritiva e narrativa, destacando progressos, interesses, dificuldades, evolução e aprendizagens significativas;
 - c. Individualizada, respeitando o ritmo, os interesses e o desenvolvimento global de cada criança.

Artigo 30º **Intervenientes no processo de avaliação**

1. Na avaliação das crianças intervêm:
 - a. O educador de infância titular de grupo;
 - b. O departamento de educação pré-escolar;
 - c. Os pais e/ou encarregado de educação;
 - d. As crianças.
 - e. Outros agentes educativos
 - f. Equipa pedagógica da sala

Artigo 32º **Procedimentos e Orientações para avaliação**

1. A avaliação utiliza procedimentos de natureza descritiva e narrativa, centrados no modo como a criança aprende, como processa a informação, como constrói conhecimento ou resolve problemas, sendo o registo sistemático o suporte da avaliação.
2. Os procedimentos de avaliação devem considerar a idade, as características de desenvolvimento das crianças e a articulação entre as diferentes áreas de conteúdo,



Regulamento do Funcionamento dos Jardins de Infância

reconhecendo a criança como sujeito ativo do seu processo de aprendizagem.

3. O processo de avaliação das crianças rege-se pelas Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar, pela legislação em vigor aplicável e pelo *Documento Orientador para a Avaliação do Agrupamento*, o qual deve ser consultado para conhecimento dos critérios de avaliação.

Artigo 33º **Avaliação final**

1. Compete ao educador:
 - a. Elaborar e avaliar o projeto curricular de grupo;
 - b. Preencher a ficha de avaliação comum ao departamento no final de cada período, uma ficha de avaliação, por criança, com a informação global da sua aprendizagem mais significativa, realçando o seu percurso, evolução e progressos, como meio de comunicação aos pais e encarregados de educação;
 - c. Assegurar a continuidade e a sequencialidade do percurso escolar da criança, disponibilizando a avaliação ao educador/professor.

CAPÍTULO IX **DISPOSIÇÕES FINAIS**

Artigo 34º

Normas relativas a vestuário e objetos pessoais

1. O encarregado de educação ou responsável legal deve adquirir a bata, para a criança, estipulada pelo agrupamento.
2. A criança deve trazer, sempre que possível, roupa prática e fácil de vestir e despir, adequada à sua idade e atividades.
3. A criança deve apresentar-se cuidada na instituição e trazer os seguintes objetos pessoais:
 - a. Uma muda de roupa completa, dentro de um saco identificado com o nome;
 - b. Todo o material de uso pessoal (bata, chapéu, mochila, lancheira, garrafa de água, casacos, etc) deverá ser devidamente identificado
4. É aconselhável que as crianças não usem adornos de valor, como fios, brincos, anéis ou outros objetos similares.
5. O jardim de infância não se responsabiliza por danos ou desaparecimento de brinquedos, adornos ou outros objetos que a criança leve, independentemente do seu valor.

Artigo 35º

Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e Componente de Apoio à Família (CAF)

As normas relativas à organização, funcionamento e gestão das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e da Componente de Apoio à Família (CAF) encontram-



Regulamento do Funcionamento dos Jardins de Infância

se definidas no Anexo X- Regulamento Interno das AAAF e CAF, sendo aplicáveis a todos os estabelecimentos de educação pré-escolar do Agrupamento.

Artigo 36º **Casos omissos**

Os casos omissos no presente regulamento e as dúvidas resultantes da sua aplicação serão resolvidos pelo Diretor ou pela sua equipa, na sequência da análise das situações em concreto e no respeito pelas competências previstas na lei e no presente regulamento.

Artigo 37º **Entrada em vigor**

O presente regulamento entra em vigor após aprovação em Conselho Geral.

